



## **SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOLIDARIEDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: O QUE PODEMOS APRENDER COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO**

 <https://doi.org/10.56238/levv15n43-036>

**Data de submissão:** 06/11/2024

**Data de publicação:** 06/12/2024

**Sandra Marli da Rocha Rodrigues**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado e Doutorado, Campus Unioeste, Foz do Iguaçu -Pr.  
Bolsista CAPES  
E-mail: sandramarrodrigues79@gmail.com

**Gisele de Souza Gonçalves**

Doutora em Sociedade, Cultura e Fronteiras, Unioeste, Campus Foz do Iguaçu-Pr.  
E-mail: giselesouzag@hotmail.com

**Jandir Rodrigues**

Graduado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar- UNILA.  
E-mail: jandir.sanjar@gmail.com

**Fernando José Martins**

Docente do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado e Doutorado. Campus Unioeste, Foz do Iguaçu-Pr.  
E-mail:fernandopedagogia2000@yahoo.com.br

**Silvana Aparecida de Souza**

Docente do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado e Doutorado.  
Campus Unioeste, Foz do Iguaçu-Pr.  
E-mail: Sasouzaunioeste@hotmail.com

### **RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de destacar a importância da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - SSAN e da solidariedade no período da pandemia, a fim de legitimar a necessidade de uma reaproximação entre campo e cidade tendo como centralidade os alimentos produzidos pela agricultura familiar e camponesa, no seio dos Movimentos Sociais Populares do campo. Bem como, apresentar dados que demonstram a importância do trabalho desenvolvido pelo Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST nas áreas da Reforma Agrária, provocando reflexões que contribuam para a mudança de nossos hábitos alimentares, compreendendo que o ato de alimentar-se é um ato político. Para isso, a partir de notícias divulgadas em sites, buscamos atender aos objetivos desta pesquisa, abordando os fatos selecionados de acordo com o período da pandemia e a relevância dos Movimentos Sociais Populares na construção da Soberania Alimentar no Brasil.



**Palavras-chave:** Pandemia. Soberania e Segurança Alimentar. Solidariedade. Movimentos Sociais Populares.

## 1 INTRODUÇÃO

Ontem eu comprei açúcar e bananas. Os meus filhos comeram banana com açúcar, porque não tinha gordura para fazer comida. Pensei no senhor Tomás que suicidou-se. Mas, se os pobres do Brasil resolverem suicidar-se porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo. Carolina Maria de Jesus, diário do dia 02 de maio de 1959. Quarto de despejo: diário de uma favelada.

O presente trabalho pretende tecer uma reflexão acerca da Soberania e Segurança Alimentar e da solidariedade, as quais tiveram sua importância percebida durante a pandemia, respectivamente, pela produção de alimentos saudáveis e diversificados e porque parte dessa produção foi destinada para as ações de solidariedade e distribuída para populações urbanas em situação de vulnerabilidade social. Ambas ações foram praticadas nos terrenos férteis da agricultura familiar e camponesa, de forma organizada pelos Movimentos Sociais Populares do campo.

Assim, temos a intenção de destacar a importância da Soberania Alimentar e da solidariedade na atualidade, a fim de legitimar a necessidade de uma reaproximação entre campo e cidade tendo como centralidade os alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar e camponesa a partir da dinâmica e dos territórios dos Movimentos Sociais Populares do campo. Bem como, provocar reflexões que estimulem a mudança de nossos hábitos alimentares, compreendendo que o ato de alimentar-se é um ato político.

Como metodologia, optamos por selecionar algumas notícias datadas desde o início do período pandêmico no Brasil e, a partir delas, vamos destacar a importância da Soberania Alimentar, amparando-nos no conceito apresentado na Conferência Mundial de Soberania Alimentar em Mali, realizada em 2007, com a Declaração de Nyéléni.

### 1.1 PANDEMIA E DESIGUALDADES

Antes de iniciarmos a discussão proposta, vamos contextualizar o período em que a doação de alimentos feita pelos Movimentos Sociais Populares ocorreu no Brasil. Segundo informações divulgadas pelo Ministério da Saúde, em 28/03/2023, dia em que o Brasil atingiu a triste marca de 700 mil mortes. A nota do Ministério da Saúde informa que “Passados três anos desde o primeiro caso de Covid-19 registrado no país, o Brasil alcançou outro triste marco nesta terça-feira (28): 700 mil mortes causadas pela doença”<sup>1</sup>. A nível mundial os dados são reveladores de uma realidade preocupante. Segundo o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde - OMS, durante os três anos de pandemia, ao observar os dados mais conservadores, ou seja, aqueles que consideram somente a confirmação da ação do vírus, apontam que 6,9 milhões de pessoas morreram de Covid-19 até outubro de 2022. Mas, o diretor-geral observa que se forem analisadas as mortes em comparação com anos anteriores à

---

<sup>1</sup> Informações disponíveis no site do MS: <https://acesse.one/2jHCo>

pandemia de COVID-19, é perceptível que durante a pandemia as mortes superaram as estimativas que seguem as tendências normais de mortalidade, assim, as vítimas da doença poderiam alcançar a trágica marca de 15 milhões<sup>2</sup>. No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado no dia 12 de março de 2020, conforme informado pelo Ministério da Saúde, é importante dizer que se tratava de uma mulher, trabalhadora doméstica.

Como metodologia, adotamos o seguinte percurso, considerando a importância da atuação dos Movimentos Sociais Populares do campo, selecionamos notícias sobre doações de alimentos feitas pelo MST e demais Movimentos Sociais Populares do campo. Dessa forma, abordaremos a solidariedade e a Soberania Alimentar tendo como material de análise as notícias publicadas na internet, as quais selecionamos e no decorrer deste trabalho apresentaremos.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Faz-se necessário demarcar que, ao adentrarmos no ano de 2020, o Brasil já vinha enfrentando uma conjunção de crises (econômica, social, política e ambiental) e com a volta da fome de forma acelerada, também havia um avanço assustador da destruição da natureza, com as queimadas aumentando de forma descontrolada e acelerada nos biomas do Cerrado, Pantanal e Amazônia, além da flexibilização das leis ambientais, com o objetivo de ampliar as fronteiras agrícolas para o agronegócio. Assim, a opção política do governo de Jair Bolsonaro era favorecer o lucro das empresas capitalistas, aumentando ainda mais a concentração de renda e, por consequência, aumentando a situação de miséria e fome dos pobres, principalmente nas periferias dos grandes centros. Essa opção tornou-se cada vez mais evidente, como, por exemplo, quando a ministra do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA, falou na cerimônia de posse, ao referir-se à incorporação das pastas da aquicultura e pesca e da agricultura familiar ao ministério da agricultura: “Teremos um só ministério, que olhará com igual destaque para todos os produtores rurais brasileiros, independente dos seus portes”<sup>3</sup>. Esse posicionamento do governo federal tem sérias consequências para a agricultura familiar e camponesa, com a invisibilização das mesmas nas políticas de crédito voltadas à agricultura. Não se pode tratar de forma igual os desiguais, ignorando as diferenças e especificidades do conjunto dos sujeitos que compõem o campo brasileiro.

Essa opção política tornou-se ainda mais evidente quando, no lançamento do Plano Safra, que compreendia o ano agrícola de 2020/2021 e que reúne os instrumentos da política agrícola do país, não foram possibilitadas as condições mínimas de produção de alimentos feita pela agricultura familiar e camponesa. O que demonstrava, por parte do governo federal, o desconhecimento da realidade e da diversidade que compõem a agricultura brasileira.

---

<sup>2</sup> Informações disponíveis no site da OMS: <https://abrir.link/XvpQD>

<sup>3</sup> Trecho extraído do discurso de posse da Ministra Tereza Cristina. O link de acesso encontra-se nas referências.

Quando a pandemia chegou no Brasil, encontrou uma terra arrasada, no que se refere às políticas públicas, principalmente aquelas voltadas à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - SSAN. O Brasil já se encontrava em uma conjuntura de convergências de crises (econômica, política, social e ambiental), as quais faziam o povo sofrer com suas graves consequências. A pandemia chegou no Brasil ceifando a vida de milhares de brasileiras e brasileiros, agravando ainda mais uma situação que já estava crítica.

Diante dessa trágica realidade pandêmica da COVID-19 em que o Brasil se encontrava, algumas questões fundamentais se evidenciaram aos nossos olhos. Uma dessas é a importância de compreendermos o que se entende por Soberania Alimentar, conceito esse, que não surgiu pronto, foi sendo construído e reconstruído no percurso histórico dos Movimentos Sociais Populares do campo em todo o mundo, Movimentos esses organizados na Via Campesina<sup>4</sup>. Um marco importante dessa construção histórica, foi a Conferência Mundial de Soberania Alimentar em Mali, realizada em 2007, com a Declaração de Nyélény, a qual trouxe a seguinte afirmação:

A soberania é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas (STÉDILE, 2015, p.42).

No período da pandemia percebeu-se a importância da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional-SSAN, quando acompanhamos as centenas de ações de solidariedade espalhadas por todas as regiões do Brasil, onde os Movimentos Sociais Populares do campo fizeram a doação de alimentos da agricultura familiar e camponesa nas periferias das cidades, para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, onde na maioria das vezes já faltava o básico, mesmo antes da pandemia dificultar ainda mais a situação dessas populações. Essas ações de solidariedade, muitas vezes articuladas com organizações religiosas, entidades sindicais e Movimentos Sociais Populares urbanos, comprovaram que a centralidade das políticas públicas para a agricultura precisa ser a produção de alimentos saudáveis para a manutenção da vida. É importante ressaltar também, que as mulheres camponesas, organizadas nos Movimentos Sociais Populares do campo, têm um protagonismo perceptível no que se refere a construção cotidiana da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, embora invisibilizadas nos números oficiais, são as mulheres em suas unidades de produção que cultivam e preservam uma grande diversidade de alimentos e sementes crioulas, garantindo a

---

<sup>4</sup> As organizações que integram a Via Campesina Brasil são: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Pastoral da Juventude Rural (PJR); Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP); Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Movimento Nacional pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

autonomia e preservando a cultura alimentar das suas famílias, contribuindo, sobretudo, para a promoção da saúde, e, conseqüentemente, para o enfrentamento à COVID-19.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou, em 2019, os dados do Censo Agropecuário relativos a 2017. Os números mostraram que quase metade de toda a área agrícola do país está concentrada em apenas 1% das propriedades. O censo apontou ainda, que “pequenos proprietários, donos de terras com até 10 hectares, ocupam somente 2,3% do total” (*Site, Brasil de Fato*). “No Brasil, de cada 100 kg de alimentos produzidos, 70 kg é produção das famílias camponesas” (VARGAS e SILVA, 2016, p.40). Os dados revelam o quanto a agricultura familiar e camponesa, baseada em pequenas unidades de produção, é produtiva e sustentável.

## 2.1 SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Além do conceito de soberania Alimentar citado no início deste artigo, o qual nos embasou para o desenvolvimento desta pesquisa, vamos aqui trazer também o conceito apresentado no “Dicionário da Educação do Campo”, no qual se compreende:

O conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local. Esse conceito revela uma política mais ampla do que segurança alimentar, pois parte do princípio de que, para ser soberano e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessários para produzir seus próprios alimentos (STEDILE e CARVALHO, 2012, p.715).

Assim, como na definição de 2007, apresentada na Conferência em Mali, por Stedile e Carvalho, que destaca o fato de “a Soberania Alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (STÉDILE e CARVALHO, 2012, p.721), os autores retomam este conceito e o ampliam no “Dicionário da Educação do Campo”, onde eles citam como a produção de alimentos e a qualidade destes faz parte da própria vida das comunidades e territórios dos povos do campo.

No mesmo texto Carvalho e Stedile, apresentam o conceito de Segurança Alimentar a partir da compreensão dos Movimentos Sociais Populares do campo, conforme os autores “Segurança alimentar é uma política pública aplicada por governos de diversos países que parte do princípio de que todas as pessoas têm o direito à alimentação e cabe ao Estado o dever de prover os recursos para que as pessoas se alimentem” (CARVALHO & STEDILE, 2012, p.714). Podemos afirmar que a Segurança Alimentar diz respeito a uma dimensão elementar da vida humana que é a alimentação, estando essa dimensão historicamente atrelada à cultura alimentar dos povos do campo que produzem alimentos e as populações urbanas que dependem da distribuição e oferta desses alimentos, mas, principalmente das condições materiais para adquiri-los.

Os Movimentos Sociais Populares do campo compreendem que a Soberania Alimentar é um conceito mais amplo e abrangente do que o de Segurança Alimentar, pois, para se garantir o segundo é preciso implementar o primeiro. Renato Maluf define o que se compreende por Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da política pública. Para Maluf;

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (II Conferência Nacional de SAN. Olinda, 2004). (MALUF, 2011, p.17).

Em um contexto de convergências de crises como mencionado no início deste artigo é agravado pela crise sanitária da COVID-19, tornou-se irrealizável a Segurança Alimentar e Nutricional das populações vulnerabilizadas. Por fazer a leitura correta da conjuntura política do período pandêmico, que os Movimentos Sociais Populares planejaram e desenvolveram as ações de solidariedade.

## 2.2 SOLIDARIEDADE

Quando falamos em solidariedade sob a ótica dos Movimentos Sociais Populares do campo não estamos falando em doar o que sobra, o que não está sendo útil ou, ainda, o que está em desuso. Ao contrário dos Movimentos Sociais Populares do campo, tal perspectiva concebe a solidariedade como uma espécie de “bota fora”, onde se doam produtos de má qualidade ou sobras. Para os Movimentos Sociais Populares do campo a solidariedade se configura como um valor, um princípio basilar que orienta as ações de solidariedade desenvolvidas durante a pandemia. As famílias doam o que produzem de melhor, partilham dos alimentos que vão para suas mesas. Como diria Fidel Castro "solidariedade não é dar o que nos sobra, mas dividir o que temos". É dessa forma que a solidariedade é uma prática de grande relevância, pois ameniza a dor da fome dos mais penalizados pela crise econômica anterior, agravada pela crise sanitária da COVID-19. Ressaltando que a solidariedade é um princípio e um valor inerente aos Movimentos Sociais Populares do campo, ao longo de suas trajetórias, não só em momentos emergências, como no caso da pandemia.

Para melhor desenvolver esta análise, nos orientamos pelo conceito de solidariedade a partir da obra “Trabalho de base”, organizada por Ranulfo Peloso (2012). Nela, é considerado que:

A solidariedade se manifesta na compaixão como capacidade de colocar-se no lugar da outra pessoa, na afetividade, na parceria e no amor incondicional para que a classe oprimida se realize. Mas ela se expressa melhor na entrega gratuita do que se tem de melhor, inclusive a própria vida, para que pessoas e povos realizem o eterno sonho da fraternidade universal (PELOSO, 2012, p. 86).

Este conceito vai ao encontro do que os sujeitos dos Movimentos Sociais Populares do Campo praticaram durante o período pandêmico através de doações de alimentos de qualidade para pessoas

em situação de vulnerabilidade. Assim, a solidariedade concretizada pelo MST e o conjunto dos Movimentos Sociais da Via Campesina, demonstra coerência entre a teoria e prática, especialmente, em um momento em que a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional teve sua importância destacada, e, conseqüentemente, deu visibilidade ao trabalho dos povos camponeses e seu potencial de produção de alimentos saudáveis e diversificados em seus territórios.

Figura 1: Ação do MST em Alagoas. Fonte: Site MST./ Foto de produção de alimentos para distribuição.



### 2.3 PANDEMIA E AÇÕES SOLIDÁRIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO CAMPO

As ações de solidariedade se multiplicaram pelo Brasil afora, entre elas, optamos por citar algumas que mostram a necessária presença dos Movimentos Sociais Populares do campo, a qual se destacou no período pandêmico: “Mais de 40 entidades em Aracaju recebem 25 toneladas de alimentos do MST. Distribuição de kits de alimentação aconteceu no Dia do Trabalhador Rural, no último sábado (25)”. (MST, 2020). Esta e outras ações de solidariedade favoreceram não apenas aqueles que receberam a doação, mas também o próprio MST que legitima seu trabalho, muitas vezes, não divulgado pelos meios de comunicação social, não sendo conhecido por grande parte da população brasileira.

Não apenas em Aracaju aconteceu essa ação de doação, mas também em outros Estados e regiões, como em Curitiba-PR, como mostrou a notícia: Agricultores familiares e da Reforma Agrária distribuem mil marmittas em Curitiba nesta 4ª ação faz parte das iniciativas de enfrentamento à fome e marca também o Dia Internacional da Agricultura e do Agricultor Familiar, comemorado dia 25 de julho, (MST, 2020).

Em uma das notícias publicadas na internet, evidencia-se o reconhecimento do MST, como movimento solidário e produtivo, considerando sua importante atuação durante essa situação de crise sanitária e pode-se dizer, de crise humanitária agravada pela pandemia: Para combater a "pandemia da

fome", MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos. Dirigente do movimento, Kelli Mafort reforça importância da solidariedade para salvar vidas e possibilitar quarentena (BRASIL DE FATO, 2020).

É importante destacar que, tanto a fome quanto as ações de solidariedade não ficaram restritas as capitais ou aos grandes centros urbanos, mas, se interiorizaram pelo “Brasil profundo”, pois, a fome e a insegurança alimentar se alastraram pelo Brasil com a mesma velocidade que o vírus da COVID-19. O que se evidencia com o recorte da notícia sobre doações realizadas na região Sudoeste do Paraná, conhecida por ser o “berço” da agricultura familiar. Ação conjunta com a Central Única dos(as) Trabalhadores(as) -CUT.

Doações no Sudoeste dão alívio para famílias carentes, esta é a terceira grande ação de solidariedade promovida na região. A estimativa é aproximadamente 15 toneladas de alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar tenham sido distribuídas na região após o início da pandemia de Covid-19. (CUT/PR, 2020).

Com o agravamento da pandemia as ações de solidariedade se intensificaram como se percebe na notícia veiculada no *site* do Jornal Brasil de Fato, quando em memória aos 25 anos do Massacre de Eldorado de Carajás<sup>5</sup>, notícia que:

Caminhões repletos de alimentos para quem tem fome. Esse foi o resultado da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná, que realizou doações em 13 cidades do estado entre os dias 14 e 19 deste mês. Arroz, feijão, abóbora, mandioca, legumes e verduras, além de mais de 2 mil litros de leite foram distribuídos por famílias de mais de 50 assentamentos e acampamentos do estado. Ao todo foram cerca de 67 toneladas de alimentos que chegaram a hospitais e pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. (BRASIL DE FATO, 2021).

As ações de solidariedade no período da pandemia de COVID -19 e da pandemia da fome, revelaram o potencial produtivo dos territórios da Reforma Agrária e da agricultura familiar e camponesa, porque foi realizado um verdadeiro mutirão contra a fome e em defesa da vida, como é possível perceber na notícia publicada no *site* do MST, em 2022.

Com o lema “Cultivando Solidariedade Sem Terra”, desde o início da pandemia o MST constrói uma agenda nacional de ações contra a fome, formada pelo Movimento em conjunto com diversas organizações e entidades que praticam o enfrentamento contra a fome e a insegurança alimentar. O que impulsionou inclusive, uma Frente Nacional Contra a Fome e a Sede, com um trabalho de base permanente presente nas comunidades de todo o Brasil, com a consolidação das dezenas de Cozinhas Solidárias, Bancos Populares de Alimentos e Hortas Comunitárias. Também houve a formação de mais de 2 mil Agentes Populares de Saúde que estiveram na linha de frente de todas essas articulações em conjunto com as famílias em situação de vulnerabilidade. Durante o auge da pandemia, foram doados não só alimentos, mas também cuidados, conscientizando a população mais pobre com orientações sobre como combater o coronavírus e distribuindo ao longo dessas formações mais de 50 mil máscaras de proteção. Assim, por meio da organização popular, foi possível chegar ao marco de mais de 7

<sup>5</sup> Para saber mais acesse: <https://cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/5790-26-anos-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas-assassinatos-de-sem-terras-disparam-e-impunidade-permanece>

mil toneladas de alimentos doados, 10 mil cestas básicas e ultrapassando 2 milhões de marmitas solidárias. (MST, 2022).

Destacar tais ações contribuem para a percepção do potencial do MST como um movimento que, com suas práticas têm contribuído com a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, não apenas distribuindo alimentos, mas, especialmente, por se tratar de alimentos com maior valor nutricional, orgânico/agroecológico e saudável. Os alimentos recebidos nas ações de solidariedade contribuem com a segurança alimentar, a saúde e economia de várias pessoas, além de se configurar como um importante instrumento de enfrentamento à fome, crescente no período pandêmico.

Diante das milhares de ações de solidariedade praticadas no período da pandemia, muitas pessoas podem até se perguntar: Onde são produzidos esses alimentos? E, a resposta está sendo dada pela Pedagogia de Exemplo. Os alimentos que são doados nas ações de solidariedade, são cultivados nos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária. É no solo fértil da terra conquistada quando se trata de assentamentos, ou nas áreas de luta pela terra, no caso dos acampamentos. É nesse chão que brota não só alimento, brota dignidade, saúde e vida. Esses exemplos mostram também, a importância estratégica da Reforma Agrária. Pois, mesmo durante o processo de acampamento, já se colhem os frutos da terra e da luta, e, esses frutos são partilhados com quem mais precisa. A citação a seguir descreve de forma didática como se dá esse processo de produção nas áreas de acampamentos.

A história dos acampamentos e assentamentos tem sido assim. Em geral uma terra que não produz alimentos, que emprega pouca ou nenhuma pessoa, que despreza a natureza e o meio ambiente, é ocupada por famílias necessitadas de terra para produzir. A terra ocupada rapidamente se transforma. As famílias produzem em primeiro lugar seu próprio alimento e, alimentadas, têm força para produzir mais, tanto que podem até doar a quem necessite. A terra é generosa e o conhecimento das famílias grande. Esta soma faz com que em pouco tempo os frutos da terra se encham de verdor, vitaminas e carboidratos alimentares, saudáveis, nutritivos e saborosos. Todavia, a ameaça continua e o risco também, mas a única maneira de agradecer a generosidade da terra é repartir o pão. Então, mesmo sob ameaça, correndo riscos, as famílias preferem repartir o pouco que tem e fazer sua parte para que o mundo não seja tão injusto (TERRA SEM MALES, 2020).

Uma matéria veiculada no *site* do MST em 05 de março de 2023, apresenta numeros que corroboram com a citação acima, vejamos:

Atualmente o MST conta com 160 cooperativas do campo, 120 agroindústrias e 1900 associações em todo o Brasil, que atuam no fortalecimento da solidariedade Sem Terra e promovem a melhoria na produção dos assentamentos, além de estabelecer relações de trabalho mais igualitárias e melhorar a renda das famílias assentadas<sup>6</sup>. (SITE, MST, 2023).

<sup>6</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/05/cooperativas-do-campo/>

No dia 17 de março de 2023, aconteceu a 20ª edição da festa da colheita do arroz agroecológico no assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, região Metropolitana de Porto Alegre. Durante a festa a TVT fez uma reportagem sobre todas as dimensões que a colheita do arroz agroecológico abarca. Nessa reportagem, o ex governador do Rio Grande do Sul Olivio Dutra sintetizou em uma frase o significado da produção de alimentos saudáveis nas áreas da Reforma Agrária “Viva a luta dos trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui demonstrando a sua capacidade, o seu amor para com os outros e a verdadeira visão da política, que é a construção do bem comum com o protagonismo das pessoas<sup>7</sup>.”

Esse breve apanhado de notícias comprova o que o texto vem refletindo acerca da importância da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da solidariedade que foi profundamente exercitada no período da pandemia. Além de firmar elos sólidos entre campo e cidade, que podem e devem permanecer depois da pandemia. Dessa forma, o MST juntamente com os demais Movimentos Sociais da Via Campesina têm comprovado de maneira solidária e econômica o quanto as populações da cidade precisam dos povos do campo.

Além disso, o MST, por meio dessas doações, destaca sua atuação e dinâmica como movimento orgânico de sujeitos que trabalham e produzem alimentos não apenas para si, destacando a organização e a produtividade deste Movimento Social Popular. Suas ações destacam o quanto as populações em seus mais diversos territórios necessitam conhecer, compreender, buscar e lutar por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a qual traz em suas múltiplas dimensões, benefícios aos povos do campo e da cidade na promoção de uma vida mais saudável, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Vale citar aqui um excerto de Tom Standage sobre o domínio do poder em relação à comida, em seu livro “Uma história comestível da humanidade”, ele questiona: “Qual é a arma mais devastadora e eficaz na história da guerra?”, em seguida responde:

Não é a espada, a metralhadora, o tanque ou a bomba atômica. Outra arma matou muito mais gente e determinou os resultados de numerosos conflitos. É algo que, de tão óbvio, é fácil menosprezar: comida, ou, mais precisamente, controle do fornecimento de comida (STANDAGE, 2010, p. 157).

Assim reforçamos o que sabemos: deslegitimar o MST tem motivos ideológicos que são econômicos. Porém, estas ações de distribuição gratuita de milhares de marmitas e cestas básicas têm demonstrado o quanto é possível e realizável a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de que todos(as) tenham alimentos saudáveis e sem a exploração do trabalho, além de ter a agroecologia como matriz produtiva. Dessa forma, muitos conflitos serão evitados e a solidariedade na perspectiva dos Movimentos Sociais Populares poderá ser permanente, porém, para que isso ocorra será preciso

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://youtu.be/QEBQ6dtDX3E>

que a população de modo geral perceba quem está construindo na cotidianidade suas práticas em defesa de uma vida digna e sustentável.

### **3 RESULTADOS ALCANÇADOS**

Este trabalho favorece o registro e divulgação das ações feitas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e demais Movimentos Sociais Populares do campo em todo o Brasil, que fizeram inúmeras ações de solidariedade com a distribuição de alimentos oriundos das áreas da Reforma Agrária e das comunidades camponesas, para milhares de famílias em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia. Tais ações só legitimam os valores e trabalho dos Movimentos Sociais Populares do campo, em especial do MST.

Por meio destas ações é possível reconhecer a importância da alimentação numa perspectiva concreta da construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional -SSAN, para as populações do campo e da cidade, bem como sugerir algumas reflexões sobre o modelo econômico agrário atual, o sistema agroalimentar vigente, que no campo se expressa através do agronegócio, o qual visa o lucro acima da vida, sem considerar a saúde dos seres humanos e a manutenção das demais formas de vida. Compreendendo que por meio de uma alimentação adequada e saudável, se promove saúde e qualidade de vida. Além de indicar, especialmente neste período recente de pandemia - o quanto as atividades predatórias que desrespeitam a vida do planeta podem trazer sérias consequências aos agroecossistemas e a todos(as) que dependem deles para viver.

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pandemia de COVID 19 é resultado da forma predatória como nós seres humanos agimos sobre a natureza, para frearmos o surgimento de catástrofes como a da pandemia é preciso reavaliar os hábitos adotados pela sociedade, como o consumismo, a má alimentação, o individualismo e a exploração desenfreada da natureza.

Os elementos e valores difundidos no mundo atualmente, não têm contribuído com a igualdade social ou com qualquer outro benefício para a vida em comunidade e nem para a preservação da vida em sua diversidade, beneficiando tão somente a acumulação do lucro nas mãos de poucos, ou seja, da classe dominante.

Conceitos como Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional -SSAN e Solidariedade precisam ser compreendidos e praticados cotidianamente e, os Movimentos Sociais Populares da Via Capesina Brasil, apresentado nesse artigo o MST como exemplo de produção de alimentos saudáveis e diversificados nas áreas da Reforma Agrária, com dados que expressam o potencial produtivo da agricultura familiar camponesa, e, com as ações de solidariedade realizadas no período da pandemia, ratificam seu trabalho coletivo, valorizando a terra e as pessoas que nela trabalham e produzem, mais



do que alimentos, produzem dignidade e vida. Tais fatos precisam ser publicados, destacados e divulgados a fim de que se entenda o que e como constitui o MST como um Movimento Social Popular do campo, com reconhecimento internacional.

Para que uma nação seja verdadeiramente soberana precisa garantir em primeiro lugar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional -SSAN, um povo que não produz seu próprio alimento ficará eternamente refém do sistema agroalimentar hegemônico.

Por isso, destacamos a importância de escrever sobre o tema e valorizar os Movimentos Sociais Populares do campo, provocando um potencial debate que podemos realizar em busca de espaços que desmistifiquem o MST como grupo de pessoas que ocupam desordenadamente propriedades alheias e reconhecer sua importância e sua Pedagogia do Exemplo para além do campo, mas sobretudo, no sentido de apontar caminhos para a efetivação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional-SSAN no campo e na cidade.



## REFERÊNCIAS

BRASIL DE FATO. Caminhões de alimentos para quem tem fome: MST doa 67 toneladas no Paraná. <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/21/cinco-caminhoes-de-alimentos-para-quem-tem-fome-mst-doa-67-toneladas-no-parana>, acesso em 20/11/2024.

BRASIL DE FATO. *Para combater a "pandemia da fome", MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/11/para-combater-a-pandemia-da-fome-mst-ja-doou-mais-de-600-toneladas-de-alimentos>. Acesso em 28/07/2020.

BRASIL DE FATO. *Pequenas propriedades ocupam só 2,3% das terras usadas para produção agropecuária*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/25/censo-agropecuario-mostra-aumento-da-concentracao-de-terra-no-brasil> Acesso em 28/07/2020.

BRASIL. Presidência da República. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/missao-sera-fazer-mais-e-ainda-melhor201d-afirma-nova-ministra-da-agricultura>. Acesso em 16/12/2020.

CUT-PR. *Doações no sudoeste dão alívio para famílias carentes*. Disponível em: <https://pr.cut.org.br/noticias/doacoes-no-sudoeste-dao-alivio-para-familias-carentes-2c3a>. Acesso em 28/07/2020.

JESUS, Carolina Maria de (1914-1977). *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

IBGE. Censo agropecuário de 2017. <https://censoagro2017.ibge.gov.br>.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. *Segurança alimentar e nutricional*. Ed. Vozes, 3 ed. Petrópolis - RJ, 2011.

MST. *Agricultores familiares e da Reforma Agrária distribuem mil marmitas em Curitiba nesta 4ª*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/21/agricultores-familiares-e-da-reforma-agraria-distribuem-mil-marmitas-em-curitiba-nesta-4a/>. Acesso em 28/07/2020

MST. *Cooperativas do campo melhoram condições de vida em assentamentos* <https://mst.org.br/2023/03/05/cooperativas-do-campo>; acessado em 21/11/2024.

MST. *Já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia* [/https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-/desde-o-inicio-da-pandemia](https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-/desde-o-inicio-da-pandemia), acesso em 20/11/2024.

MST. *Mais de 40 entidades em Aracaju recebem 25 toneladas de alimentos do MST*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/27/mas-de-40-entidades-em-aracaju-recebem-25-toneladas-de-alimentos-do-mst/>. Acesso em 28/07/2020.

PELOSO, Ranulfo (org.). *Trabalho de base*: seleção de roteiros organizados pelo Cepis/ Ranulfo Peloso (org.). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STANDAGE, Tom. *Uma história comestível da humanidade*/Tom Standage; tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

STEDILE, J.P.; CARVALHO, H. M. *Soberania Alimentar. Dicionário da Educação do Campo*. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. 2ª



ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 714-723.

STEDILE, João Pedro. MST. *Boletim da Educação- Número 13, alimentação saudável: um direito de todos!* Organização e edição: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Setor de Educação 1ª edição: dezembro de 2015, 1ª reimpressão abril de 2016.

TERRA SEM MALES. <https://www.terrasemmales.com.br/artigo-terras-repartidas-que-geram-alimentos-agroecologico-e-solidariedade/> Acesso em 19/12/2020.

VARGAS, Maria Cristina. Silva. Nivia Regina da. *De onde vem nossa comida*. Expressão Popular, 2ª ed. São Paulo, 2016.

WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard. *World Health Organization*. Disponível em <https://covid19.who.int/>. Acesso em 03/12/20.